



GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuelly de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tencionamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

Protagonismo indígena no Rio Grande do Norte: territorialização, estratégias e formas de enfrentamento no processo de luta por direitos.

Autoria: Rita de Cássia Maria Neves

Os povos indígenas se encontram cada dia mais presentes e atuantes nas mais diversas instâncias, desde associações indígenas até a presença nas instâncias de poder indigenistas. Há um número cada vez maior de indígenas estudando nas universidades brasileiras formando-se em faculdades de medicina, direito, educação, etc. Mesmo assim, há inúmeros entraves ao protagonismo indígena. O que percebemos na atualidade é um retrocesso e um intenso processo de desterritorialização, algumas vezes silencioso, outras extremamente criminosas e afrontosas. Na verdade, em relação às políticas indigenistas, há três grandes áreas de impactos sobre essa população: 1) Estratégias indigenistas no campo legislativo antes e após o golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PECs e Projetos de Lei); 2) Estratégias indigenistas com projetos de grande impacto (Barragens e Agronegócio); 3) Projetos de intervenção federal (saúde, educação, cultura). No enfrentamento dessas ações os povos indígenas têm construído estratégias de enfrentamento nas mais variadas formas. No Rio Grande do Norte temos atualmente oito comunidades (Potiguara Mendonças do Amarelão, subdivididos em três comunidades; Potiguara Sagi Trabanda; Potiguara Eleutérios do Catu; Caboclos do Assu; Tapuias da Lagoa de Tapará; Tapuias de Apodi) que vem há anos lutando pelo seu reconhecimento público como indígenas no Estado. Só após a audiência pública que ocorreu em 2005, essa população passou a ser considerada e, portanto, objeto de políticas públicas efetivadas a partir da implantação de uma CTL da FUNAI, no Estado. Com isso, os povos indígenas no RN intensificaram suas demandas e, através de assembleias estaduais, passaram a questionar e cobrar das instâncias e órgãos públicos, políticas de atenção diferenciadas. A proposta desse work é refletir sobre as reações e ações indígenas de enfrentamento nos três níveis acima referidos com ênfase nas cinco assembleias indígenas que ocorreram no estado, o que nos possibilita pensar as especificidades locais desse modelo de organização política e formas atuais enfrentamento.



Realização:



Apoio:



Organização:

